

# RELAÇÕES SOCIAIS, DE SABER E DE PODER EM ASSENTAMENTOS RURAIS DA REGIÃO DE MARABÁ: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA AMAZÔNIA NATIVA

## SOCIAL RELATIONS, TO KNOW AND POWER IN RURAL SETTLEMENTS OF MARABÁ REGION: EXPERIENCE PROGRAM AMAZON NATIVE

Priscila Kellen Alves de Lima<sup>1</sup>Autora (Apresentadora) - Unifesspa  
Edma Silva Moreira<sup>2</sup>Coautora (Orientadora)- Unifesspa

**Resumo:** A análise das Relações sociais, de saber e poder em áreas de Projetos de Assentamento próximos à Marabá, a partir de uma reflexão sobre o Programa Amazônia Nativa, como política pública de Estado, aponta para novas análises relevantes sobre meio ambiente, desmatamento e reflorestamento, pois ao compreender o peso ideológico das legislações e dos projetos governamentais, chegamos ao entendimento de para quem serve estes instrumentos. O ‘mercado do desmatamento’, disseminado sob o discurso de avanço, modernidade, serve ao “agroexpansionismo” em detrimento do produtor familiar, como o assentado. As relações de poder e de saber intrínsecas aos discursos e disputas ideológicas presentes na Amazônia são o elemento chave para revelar essas dinâmicas socioeconômicas e ‘politicoambientais’.

**Palavras-chave:** desmatamento, ‘mercado do desmatamento’, relações de poder/saber.

**Abstract:** The analysis of social relations of knowledge and power in Settlement Projects areas near Marabá, from a reflection on the Native Amazon Program, as public policy of the state, points to relevant new analysis on the environment, deforestation and reforestation, because by understanding the ideological weight of the laws and government projects, we come to the understanding for those who serve these instruments. The 'market of deforestation, widespread in the discourse of progress, modernity, serves "agroexpansionismo" at the expense of family farmers, such as sitting. The relations of power and knowledge inherent to the discourses and ideological disputes present in the Amazon are the key element to reveal these socioeconomic dynamics and 'politicoambientais'.

**Keywords:** deforestation, 'market clearing', relations of power/knowing.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte das pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto “Desenvolvimento de Competências e formação de recursos humanos em recuperação de áreas degradadas em Projetos de Assentamentos em áreas Amazônicas”. O tema norteador da pesquisa surgiu da necessidade em compreender a dinâmica dos atores sociais envolvidos na questão do desmatamento e recuperação de áreas degradadas no sudeste do Pará, focando na análise de ações desenvolvidas pelo Estado, através de políticas pública, outrossim, nas estratégias adotadas pelos atores envolvidos no combate ao desmatamento, uma vez que se tornou claro a quase ausência da participação dos assentados na elaboração e implantação de programas com para esse fim. Do mesmo modo, é que mesmo havendo programas de combate ao desmatamento e de reflorestamento, muitos deles não conseguiram atingir seus objetivos, como foi o caso, por exemplo, do projeto Amazônia Nativa, finalizado em 2013. Foi a partir da investigação sobre esse projeto que construímos nossa análise.

A partir de leituras da obra de Jean Hébert (2004) e de Anthony Hall (1991) para caracterizar historicamente a ocupação da Amazônia para o “desenvolvimento”, pudemos compreender o processo de organização social espacial da região e as intenções dos projetos de governo desde a época dos Grandes

<sup>1</sup>Graduanda em Ciências Sociais/Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins (FACSAT) / Instituto de Ciências humanas (ICH) / Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: Priscila@unifesspa.edu.br

<sup>2</sup>Doutora em Sociologia pela UFPA. Professora Titular Adjunta da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FACSAT/ICH/Unifesspa). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. E-mail: edma@unifesspa.edu.br.

Projetos até o capitalismo verde, nesta década. As políticas de “desenvolvimento” do Estado implementadas na Amazônia, em sua maioria, não estiveram voltadas para a garantia da reprodução da agricultura familiar, ou mesmo, para uma distribuição equitativa de terras para os agricultores familiares, muito menos foram pensadas na perspectiva de manutenção da floresta e na importância da Amazônia para o equilíbrio ambiental do planeta, apesar dos discursos de desenvolvimento sustentável. Elas reforçaram as desigualdades sociais, o latifúndio e a exploração predatória dos recursos naturais. O desmatamento é fruto de práticas predatórias que não veem a sociobiodiversidade como algo a ser preservado, de importância incalculável para a própria manutenção da vida humana, e, sim, mais um meio para gerar e acumular lucros.

O caráter ideológico é o atributo mais relevante dos discursos presentes nas políticas públicas, por essa razão analisamos programas derivados de políticas públicas implementados pelo Estado, e, a partir deles analisar os discursos sobre desenvolvimento sustentável e “esverdeamento” do capitalismo contemporâneo.

Refletir políticas públicas de Estado no âmbito amazônico é ter que refletir sobre toda a diversidade de seu povo e especificidades de seus aspectos geográficos, o desafio de pensar um modelo de desenvolvimento de fato, viável nos aspectos socioambientais e culturais presentes desde o início desse projeto de pesquisa, o foco do estudo foi escolhido pois é a materialização da real necessidade de reflorestar a Amazônia, da possibilidade de o fazer através de mudas nativas para fortalecer a riqueza da mata amazônica e da abertura de se fazer isso com ajuda dos assentados, que são camponeses e lidam diretamente com os impactos do desmatamento.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

As leituras que nortearam os relatórios deste subprojeto foram as obras ‘Cruzando a Fronteira’, volume III, de Jean Hébette (2004); alguns capítulos base para se analisar historicamente a região Amazônica, presentes no trabalho de Anthony Hall (1991), intitulado ‘Amazônia: Desenvolvimento para quem?’. Ambos os autores contribuíram para compreender o contexto sociopolítico da região do sudeste do Pará e a emergência dos assentamentos rurais em contexto de intensos conflitos e são a base para o debate das relações de poder e saber nesses espaços.

Sobre a discussão de Poder, utilizei Michel Foucault, nas obras ‘Microfísica do Poder’(1979) e Vigiar e Punir: história da violência nas prisões’(1987), que foram à base para refletir sobre as relações de poder e de saber que circundam as relações sociais e que são de fundamental importância para compreender a sociedade amazônica e o fenômeno do desmatamento, pois as ações governamentais e a participação de diversos atores sociais nelas perpassam por relações de poder que podem contribuir ou não para o sucesso ou fracasso dos investimentos para o reflorestamento e combate ao desmatamento.

A reflexão sobre a obra ‘Relações de Poder, Dominação e Resistência’, de Eliane Cardoso Brenneisen (2002), me esclareceu, também, sobre relações entre a teoria e a prática das estruturas dos assentamentos rurais brasileiros, permitindo-me compreender que os saberes e necessidades dos trabalhadores rurais são relevantes para se pensar projetos de políticas públicas para o desenvolvimento rural, quiçá, para um desenvolvimento inclusivo na Amazônia.

Para refletir acerca das ações governamentais, legislações e políticas de Estado, consolidei este levantamento a partir de informações pesquisadas nos portais oficiais dos ministérios – Meio Ambiente (MMA); da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) -, sites do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA), e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), para catalogar maiores informações de programas de reflorestamento que estão ativos e os demais programas anteriormente postos em prática e que fracassaram ou obtiveram resultados inexpressivos. Também, pesquisei em sites de organizações renomadas que estudam sobre o desmatamento e reflorestamento na Amazônia, como, por exemplo, o Instituto Imazon e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE.

O trabalho de campo ocorreu em períodos intermitentes, em junho e julho de 2016. Desenvolvi pesquisas no projeto de assentamento Belo Vale, acompanhando uma mestrandia do PDTSA, Francinete Almeida, que é orientada também pela Prof.<sup>a</sup> Edma Moreira, coordenadora do projeto de iniciação científica do qual faço parte. O Belo Vale se localiza na região de Marabá, na oportunidade participei das entrevistas de famílias assentadas, a partir das quais pude observar a estrutura do assentamento, as formas de produção ali desenvolvidas, assim como, o modo de vida desses assentados. Também, realizei um segundo trabalho de campo no Instituto Agroecológico Latino-americano (IALA-Amazônico), localizado no assentamento Palmares II em Parauapebas, no Pará, no quadro de um estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV), promovido pela Pro- reitoria de Extensão Estudantil (PROEX), no qual ficamos alojados na sede do projeto.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das análises do Amazônia Nativa, podemos aprofundar a pesquisa em torno das políticas públicas voltadas ao reflorestamento e combate ao desmatamento, observando as “macrorrelações” sociais entre os assentados, o Estado e o Capital, delineando as contradições historicamente construídas e fortalecidas, que criam paradoxos na região, como por exemplo, a Amazônia é rica em biodiversidade e é a região mais carente em condições sociais básicas.

Esse contexto não destoia da análise sobre os investimentos governamentais, pois nota-se um investimento em legislações que se propõem proteger o meio ambiente e, em contraponto, o governo investe milhões em recursos públicos nos projetos de exploração dos recursos naturais da região amazônica, sobretudo no sudeste paraense. O propósito, por parte do Estado, de se adequar a um projeto da elite capitalista que se instalou na Amazônia, com suas grandes extensões de terra, transformadas em pasto para a criação bovina. Quijano (2005) traz reflexões pertinentes sobre projetos de elites, implantados na América, desde o surgimento do colonialismo, ele diz “o paradoxo é somente parcial ou superficial, se observarmos os interesses sociais dos grupos dominantes” (QUIJANO, 005, p.134).

Analisando a luz das relações sociais de poder, na verdade, não há um conflito de interesses, o que há é uma hegemonia de interesses, um padrão de mentalidade que serve à lógica neodesenvolvimentista do capitalismo moderno. Nesta mesma direção Foucault (1987) nos diz que “o poder produz saber”, assim, no campo ideológico que surgem as disputas travadas diariamente pela hegemonia e contra-hegemonia.

Os Assentamentos então se configuram como espaços essencialmente contra-hegemônicos, segundo Brenneisen (2002) os assentamentos são locais de embates e rupturas constantes, é nesse espaço concreto que as relações abstratas se efetivam, através da padronização, regulamentação e da organização dos sujeitos e dos projetos.

Em Palmares II, assentamento no qual entrevistei algumas famílias, pude observar algumas formas de manifestação dessa resistência, mesmo com os projetos do Estado sendo implantados sem levar em conta os saberes dos assentados, estes mesmos se organizam e constroem projetos como a Casa de Sementes Criolas do IALA, que expressam “uma visão própria de um modelo de desenvolvimento, como ressalta a Agrônoma assentada Dona Regina (2016).

O Programa Amazônia Nativa tem uma coluna espinhal idêntica aos demais programas de “desenvolvimento” impostos na região, com discurso de desenvolvimento sustentável e recuperação do meio ambiente. Tem parte com essência que compreende suas atribuições concretas e parte aparência, que compreende seu discurso e ideologia fundante; a essência de reflorestamento, a partir de plantas nativas, foi deixada de lado em 2013, quando o projeto foi encerrado pela EMBRAPA, com poucos viveiros ainda em funcionamento em algumas regiões do país. A parte aparência se fortaleceu com as medidas que lhe sucederam como parte da ideologia do “capitalismo verde” e de um ‘mercado do desmatamento’ na região.

“Mercado verde” que é estimulado e apoiado pelo Estado e que absorve os sujeitos da região em programas de “esverdeamento” da exploração, como o Programa Município Verde (PMV) de 2011, Programa Assentamento Verde (PAV) de 2013, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) que se tornou Verde em 2013, medidas que adequam o Brasil ao papel no neodesenvolvimento, criando um ‘mercado do desmatamento’ defensor de um desenvolvimento sustentável.

Assim, ficou evidente que os discursos que esses programas apresentam são contraditórios em relação às ações práticas por eles desenvolvidas, mas essas contradições são mascaradas, pois elas escondem o que está presente no fenômeno do desmatamento, quer dizer, com o que denomino de ‘mercado do desmatamento’, onde poucos ganham e a maioria da sociedade perde e, ainda, fica com os impactos destruídos causados à natureza e a sociedade. O ‘mercado do desmatamento’ se promove com o discurso de progresso, amparado em leis, ideologias e dados estatísticos, conseguindo se manter e se reproduzir, a partir de uma dominação capitalista internacional que priorizam investimentos aos produtores rurais em detrimento aos agricultores familiares.

Nesse mesmo sentido, estão às políticas públicas ambientais implementadas nas áreas de assentamentos rurais. No seu conjunto elas apontam avanços no combate ao desmatamento e reflorestamento das áreas degradadas, mas que, no entanto, guardam em si formas de controle social, padronizam regras e ignoraram a realidade local e o saber dos assentados, na tentativa de inclusão dos mesmos ao modelo de desenvolvimento hegemônico, “agromineroexpansionista” que fora planejado para a região amazônica.

### 4. CONCLUSÃO

A pesquisa aponta que o Amazônia nativa não foi um projeto de reflorestamento que fracassou, na verdade, o que se passou com o seu fim foi resultado do que está colocado para o desenvolvimento das políticas públicas que devem responder ao Capital e seus agentes. A análise das obras aqui citadas e dos programas

estudados demonstram que poder, disciplina, controle social estão presentes no desenvolvimento de políticas de combate ao desmatamento e de reflorestamento.

A ideologia neodesenvolvimentista que, desde os anos de 1970, toma forma de um desenvolvimento sustentável, reforça os interesses do capital, seus propósitos legais e burocráticos que estão presentes no 'mercado do desmatamento' que tem contribuído de veras à destruição da sociobiodiversidade.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaríamos de agradecer imensamente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), à UNIFESSPA, à FACSAT-ICH, ao e aos demais parceiros na pesquisa desenvolvida, as universidades Federais do Pará(UFPA), Rural da Amazônia (UFRA), ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e ao financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(CAPES).

## **REFERÊNCIAS**

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **'Relações de Poder, Dominação e Resistência': O MST e os assentamentos Rurais**. Cascavel. Edunioeste. 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes. 1987. 288 p.

FOUCAULT, Michel. **"Microfísica do Poder"**.Rio de janeiro. Graal. 1979.

HALL, Anthony L. **Amazônia: Desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás (PGC)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. 300p.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Volumes III. Belém: EDUFPA, 2004. 365p.

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

SANTOS, Luicinete V. dos, SLIVA, Leticia C.; Edma S.. CONGÍLIO, Célia R.**Artigo:Desmatamento em áreas de assentamentos rurais no sudeste paraense**, 2015.

Portal **Ministério da Agricultura, Governo do Brasil**, descrição. Disponível em >><http://www.agricultura.gov.br/>, Acesso em: 10/01/2016.